

INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO - IPTI

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016

INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Diretores e Associados  
Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI.  
São Paulo - SP

### Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

### Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

No ano de 2016, a Associação calculou a depreciação para todos os itens do ativo imobilizado, já que nos anos de 2013 e 2015 a depreciação não foi calculada e registrada. A Associação registrou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2016 despesa de depreciação referente a períodos anteriores no montante de R\$ 96.358. As práticas contábeis adotadas no Brasil, através do "CPC PME - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" na Seção 10- Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro, determinam que correções de erros sejam contabilizadas contra as contas impactadas pelo erro e as demonstrações contábeis comparativas reapresentadas de forma a refletir a referida correção. A Associação não efetuou os ajustes de forma retrospectiva, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, o resultado do exercício da Associação está apresentado a maior em R\$ 96.358.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a Associação apresenta, em 31 de dezembro de 2016, saldo de ativo imobilizado no montante de R\$ 144.748. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Associação deveria elaborar estudos para comprovar a recuperabilidade dos valores dos bens de seu ativo imobilizado através de suas atividades ou comprovar que os valores registrados estão abaixo dos valores de mercado, estudo esse que não foi elaborado. A Associação também não revisou a vida útil econômica e o valor residual dos bens registrados em seu ativo imobilizado. Nas circunstâncias mencionadas, não foi possível aplicar procedimentos de auditoria alternativos que permitissem concluir sobre a adequação destes valores nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

A Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros estabelece, em seu parágrafo 19, que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A Associação não apresentou a documentação suporte relativa a mensuração e reconhecimento do trabalho voluntário recebido durante o exercício de 31 de dezembro de 2016, não sendo possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, mensurar os valores que deveriam ter sido registrados na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

O Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação - IPTI tem suas atividades financiadas por recursos provenientes de doações feitas por pessoas físicas e jurídicas, nacionais e internacionais. A continuidade de suas operações está vinculada ao recebimento de novas doações. As demonstrações não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação de suas atividades. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

#### **Outros assuntos**

##### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de abril de 2016 com abstenção de opinião devido aos seguintes assuntos: (a) retificação de erros de exercícios anteriores contabilizado como ajustes de exercícios anteriores, (b) não elaboração de estudos para comprovar a recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado e falta de cálculo e registro da depreciação e (c) falta de registro contábil no ativo imobilizado de arrendamento mercantil de veículos.

#### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e Entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1

  
Eduardo Affonso de Vasconcelos  
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

  
Roberto Camargo  
Contador CRC SP 191164/O-7

# INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo				Passivo			
	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015		Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	342.433	3.620.135	Outras contas a pagar	8	200.848	194.170
Impostos a recuperar		427	195	Arrendamento a pagar	9	46.523	-
Adiantamento a fornecedores	5	531	58.193	Obrigações trabalhistas	10	19.343	3.541
Despesas antecipadas	6	12.653	-	Obrigações tributárias		324	3.446
		356.044	3.678.523	Recursos de projetos e convênios	11	329.655	3.597.818
						596.693	3.798.975
Não circulante				Não circulante			
Despesas antecipadas	6	2.109	-	Arrendamento a pagar		7.157	-
Imobilizado	7	144.748	204.797	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)			
		146.857	204.797	Patrimônio social	12	2.766	2.766
				Superávit/(Déficit) acumulado		(103.715)	81.579
						(100.949)	84.345
Total do Ativo		502.901	3.883.320	Total do Passivo e Passivo a Descoberto		502.901	3.883.320

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

Demonstrações do resultado  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Receitas			
Venda de serviços	14	238.835	157.725
Doações	15	233.055	81.528
Serviço voluntário	13	50.618	50.618
Convênios	16	67.926	100.000
Taxa de administração de projetos	17	67.500	198.661
(=) Receita Bruta		<u>657.934</u>	<u>588.532</u>
Impostos s/ venda de Serviços (-)		(7.168)	(4.732)
(=) Superavit Bruto		<u>650.766</u>	<u>583.800</u>
(+/-) Despesas Operacionais			
Administrativas	18	(660.198)	(226.441)
Tributárias		(3.931)	(2.854)
Projetos	19	(100.794)	(260.008)
Serviço voluntário	13	(50.618)	(50.618)
		<u>(815.541)</u>	<u>(539.921)</u>
(=) Resultado antes do resultado financeiro		<u>(164.775)</u>	<u>43.879</u>
Resultado financeiro líquido		(20.519)	(6.439)
		<u>(20.519)</u>	<u>(6.439)</u>
Superavit/(Déficit) do exercício		<u>(185.294)</u>	<u>37.440</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

Demonstrações do resultado abrangente  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em Reais)

---

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Superavit/(Déficit) do exercício	(185.294)	37.440
(=) Total do resultado abrangente do exercício	<u>(185.294)</u>	<u>37.440</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superavit/(Déficit) Acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.766	(191.378)	(188.612)
Ajuste do exercício anterior		235.517	235.517
Superávit do exercício		37.440	37.440
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.766	81.579	84.345
Déficit do exercício		(185.294)	(185.294)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.766	(103.715)	(100.949)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

## Demonstrações do fluxo de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit / (Déficit) do exercício	(185.294)	37.440
Ajuste de exercício anterior	-	235.517
Depreciação	150.903	-
Baixa de Imobilizado e Intangível	365	335
(=) Superávit/(Déficit) ajustado	<u>(34.026)</u>	<u>273.292</u>
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Impostos a recuperar	(232)	22.532
Adiantamento de fornecedores	57.662	(58.193)
Despesas antecipadas	(14.762)	-
Outras contas a pagar	6.678	82.667
Obrigações trabalhistas	15.802	(344)
Obrigações tributárias	(3.122)	2.099
Recursos de projetos e convênios	(3.268.163)	2.575.658
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(3.206.137)</u>	<u>2.624.419</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado	(91.219)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	<u>(91.219)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos financiamentos	53.680	-
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	53.680	-
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.277.702)</u>	<u>2.897.711</u>
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	3.620.135	722.424
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	<u>342.433</u>	<u>3.620.135</u>
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.277.702)</u>	<u>2.897.711</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Associação de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI pessoa jurídica de direito privado, de natureza sócio - cultural e interesse coletivo, sem fins lucrativos, foi constituído na forma de "Associação" com prazo de duração indeterminado em setembro de 2003. A Associação tem por objeto social promover continuamente um ambiente favorável à pesquisa e a inovação, voltados, sobretudo, à promoção de desenvolvimento social e econômico sustentável.

As áreas prioritárias de pesquisa e desenvolvimento da associação são educação, saúde e economia criativas.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as respectivas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que os aprovaram, além de, especificamente no caso da Associação, a NBC ITG - 2002 - Entidades Sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, recuperação nas operações de ativo, análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos tributários e trabalhistas e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas dos balanços. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A autorização para a conclusão dessas demonstrações contábeis ocorreu em reunião de Diretoria realizada em 10 de fevereiro de 2017.

### 3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As principais políticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações estão apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são compatíveis com as de mercado.

(d) Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

(e) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. As taxas anuais utilizadas para depreciação do imobilizado estão divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

(f) Outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(g) Arrendamento Mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Associação detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulantes e não circulantes de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado utilizando-se as taxas mencionadas na nota explicativa nº 7.

(h) Provisões para risco tributários, cíveis e trabalhista

Reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Associação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em Reais)

---

(i) Ativos financeiros e passivos financeiros

A Associação possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa assim como contas a pagar e outras dívidas.

A Associação não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo através do superávit e déficit quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através do superávit / (déficit) quando adquiridos.

(j) Superávit/déficit do exercício

É incorporado pelo patrimônio social no encerramento do exercício social.

(k) Apuração do resultado - receitas e despesas

As receitas oriundas de contribuições são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos, momento que são consideradas realizadas. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas respeitando o princípio contábil da competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Tanto as receitas quanto as despesas estão segregadas por tipo de atividade na demonstração do resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	500	500
Banco conta movimento	69.251	1.555
Aplicações Financeiras	272.682	3.618.080
	<u>342.433</u>	<u>3.620.135</u>

As aplicações de liquidez imediata referem-se cotas de Fundos de Investimentos e CDB DI e na sua maior parte destinados para atender os projetos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em Reais)

5. Adiantamento a fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Crédito IPTI - Sesi	-	35.121
Crédito IPTI - CTR Sedetec	-	17.384
Clientes Diversos	-	3.600
Outros adiantamentos a fornecedores	531	2.088
	<u>531</u>	<u>58.193</u>

6. Despesas antecipadas

	31/12/2016	31/12/2015
Encargos financeiros a apropriar	14.762	-
	<u>14.762</u>	<u>-</u>
Encargos financeiros - curto prazo	12.653	-
Encargos financeiros - longo prazo	2.109	-
	<u>14.762</u>	<u>-</u>

Os encargos financeiros registrados são referentes ao leasing financeiro contratado para aquisição de veículo.

7. Imobilizado

	Taxa de depreciação	2016			2015
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis, Utensílios e Instalações	10% a.a.	85.730	(67.530)	18.200	51.022
Veículos	20% a.a.	139.262	(68.535)	70.727	35.809
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	46.042	(39.525)	6.517	30.102
Instalações	10% a.a.	820	(820)	-	185
Embarcações e Caiaques	20% a.a.	7.950	(7.950)	-	5.187
Aparelhos de Comunicação	10% a.a.	-	-	-	365
Equipamentos de Informática	20% a.a.	134.625	(130.321)	4.304	37.127
Imóveis e Edificações - Terreno		45.000	-	45.000	45.000
		<u>459.429</u>	<u>(314.681)</u>	<u>144.748</u>	<u>204.797</u>

Movimentação do imobilizado - 2016

	2015	2016			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis, Utensílios e Instalações	85.730	-	-	-	85.730
Veículos	50.912	88.350	-	-	139.262
Máquinas e equipamentos	46.042	-	-	-	46.042
Instalações	820	-	-	-	820
Embarcações e Caiaques	7.950	-	-	-	7.950
Aparelhos de Comunicação	365	-	(365)	-	-
Equipamentos de Informática	131.756	2.869	-	-	134.625
Imóveis e Edificações - Terreno	45.000	-	-	-	45.000
Total Custo	<u>368.575</u>	<u>91.219</u>	<u>(365)</u>	<u>-</u>	<u>459.429</u>
(-) Total depreciação	<u>(163.778)</u>	<u>(150.903)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(314.681)</u>
	<u>204.797</u>	<u>(59.684)</u>	<u>(365)</u>	<u>-</u>	<u>144.748</u>

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em Reais)

8. Outras contas a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Contas a pagar	55.848	170
Empréstimos com terceiros	145.000	194.000
	<u>200.848</u>	<u>194.170</u>

	Passivo - 2016		Passivo - 2015	
	Contas a Pagar	Empréstimos com terceiros	Contas a Pagar	Empréstimos com terceiros
Recursos vinculados a projetos	28.156	-	170	-
Outras	2.497	-	-	-
Edson Hiroshi	-	120.000	-	100.000
Renata Piazzalunga	25.195	-	-	-
Emanuel Carril	-	25.000	-	48.000
Marco Aurélio Namura	-	-	-	35.000
Saulo Faria Almeida Barreto	-	-	-	11.000
	<u>55.848</u>	<u>145.000</u>	<u>170</u>	<u>194.000</u>

Descrição	Vencimento	Juros	31/12/2016	31/12/2015
Edson Hiroshi	31/03/2018	N/A	120.000	100.000
Emanuel Carril	31/03/2017	1% a.m.	25.000	48.000
Marco Aurélio Namura	31/03/2017	1% a.m.	-	35.000
Saulo Faria Almeida Barreto	30/06/2017	1% a.m.	-	11.000
			<u>145.000</u>	<u>194.000</u>

9. Arrendamento a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Arrendamento a pagar	53.680	-
	<u>53.680</u>	<u>-</u>

Curto Prazo	46.523	-
Longo Prazo	7.157	-

Descrição	Vencimento	Juros	Curto Prazo	Longo Prazo
Arrendamento a pagar	16/02/2018	2,17% a.m.	46.523	7.157
			<u>46.523</u>	<u>7.157</u>

O arrendamento é referente a aquisição de um veículo Volkswagen Amarok, adquirido em 27 de fevereiro de 2015 pelo montante de R\$ 88.350. O contrato de leasing será liquidado em 35 (trinta e cinco) parcelas mensais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em Reais)

10. Obrigações trabalhistas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisões de férias	8.114	-
INSS a recolher	6.969	3.541
Salários e ordenados a pagar	3.529	-
FGTS a recolher	731	-
	<u>19.343</u>	<u>3.541</u>

11. Recursos de projetos e convênios

A Associação celebrou convênios voltados a obtenção de recursos junto ao poder público e a organizações privadas com objetivo de aplicar conhecimento científico e tecnológico em projetos nas áreas de tecnologia, educação, cultura, saúde e economias criativas. Para isso obteve recursos, ainda pendentes de aplicação, dos seguintes projetos e convênios:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Poder Público</b>		
Projeto Sebrae	-	190.394
Projeto Seed - 75	308.819	3.360.045
Projeto Seed - 34	777	21.089
<b>Organizações Privadas</b>		
Projeto Ambev	-	12.248
Bovespa	1.676	-
Contrato de Gestão	-	29
Oi Futuro	2.894	3.158
Demais Projetos e Convênios	15.489	10.855
	<u>329.655</u>	<u>3.597.818</u>

12. Patrimônio Líquido (Passivo à descoberto)

a) Patrimônio social

O Patrimônio social é composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da Associação.

A Associação, por ser entidade de fins não lucrativos, não distribuirá aos seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, parcela de patrimônio ou de receitas, nem vantagens de qualquer espécie a título de participação nos seus resultados ou bonificação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em Reais)

13. Mensuração do trabalho voluntário

Em atendimento a Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviços voluntários (receita) e administrativa (despesa) e não altera o superávit/déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de Remuneração dos Administradores divulgadas pelo mercado de trabalho.

Mensuração do trabalho voluntário

Cargos	Base Cálculo	Horas Mensal	Mês	Quantidade	Total
Diretor Presidente	17.000	23	2.474	12 meses	29.672
Diretor Administrativo	12.000	12	874	12 meses	10.473
Diretor Científico	12.000	12	874	12 meses	10.473
				Total	50.618

14. Venda de serviços

	31/12/2016	31/12/2015
Sedetec	-	70.185
MCTI	233.835	56.938
Demais Valores	5.000	30.602
	<u>238.835</u>	<u>157.725</u>

15. Doações

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos do exterior	161.350	-
Edson Hiroshi Matsubayashi	30.000	30.000
Instituto Banese	24.000	21.000
Beatriz Arbex	-	15.000
David Robert	-	8.000
Ana Teresa	-	6.000
Demais Valores	17.705	1.528
	<u>233.055</u>	<u>81.528</u>

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em Reais)

16. Convênios

	31/12/2016	31/12/2015
Brazil Foundation	13.000	-
Projeto Sebrae	54.926	-
Prefeitura de Santa Luzia do Itanhi	-	100.000
	<u>67.926</u>	<u>100.000</u>

17. Taxa de administração de projetos

	31/12/2016	31/12/2015
Seed 75 - 215	-	176.843
Synapse 3º série	52.500	21.818
Telefônica Cloc - 3º Fase	15.000	-
	<u>67.500</u>	<u>198.661</u>

A taxa de administração dos projetos praticada pela Associação é de 15%.

18. Despesas administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Depreciação	150.903	-
Serviços Pessoas Jurídicas	116.090	18.303
Despesa de pessoal	76.711	-
Articulação	70.972	-
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	60.621	-
Divulgação e Publicidade	33.318	7.068
Viagens e Representações	24.679	55.191
Despesas com alimentação	23.588	-
Combustíveis e Lubrificantes	18.692	3.008
Manutenção	20.941	20.623
Bolsa Pesquisa	8.500	19.263
Aluguel	6.950	3.552
Serviços de Terceiros	-	22.614
Telefone, Internet e Telefax	5.904	18.550
Reembolso de Despesas	270	15.575
Estágio	-	8.919
Seguro	1.892	7.352
Assistência Contábil	-	6.190
Outras Despesas	40.167	20.233
	<u>660.198</u>	<u>226.441</u>

No ano de 2015, todos os profissionais da Associação estavam alocados a projetos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em Reais)

19. Projetos

	31/12/2016	31/12/2015
Clock	-	128.615
SEDETEC	43.154	65.123
MCTI	56.415	58.353
MTUR	83	7.917
Outros	1.141	-
	<u>100.793</u>	<u>260.008</u>

20. Instrumentos financeiros e derivativos

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Associação incluem, principalmente, caixa, bancos, aplicações financeiras, fornecedores, salários e férias, contas a pagar e impostos a recolher. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros aproximam-se dos seus valores de mercado. A Administração e a gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Associação.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Administração da Associação não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

21. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em Reais)

---

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Associação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para a Associação Nacional da Seguridade Social - INSS - pagamento integral das contribuições devidas.

Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as doações, vendas de serviços, prêmios e convênios inclusive os recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contra prestacional. A administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de doação, vendas de serviços, prêmios e convênios, não estando sujeitas à incidências da referida contribuição.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos.

## 22. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Associação.